

A Modelização do Artigo de Opinião em Contexto de Avaliação Escrita de Vestibular

Eliana Merlin Deganutti de **BARROS***
Janaina de Jesus **MESSIAS****

* Doutora em Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Londrina – UEL). Professora associada da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), com atuação na graduação em Letras e Pós-Graduação em Letras (PROFLETRAS) e Ensino (PPGEN). elianamerlin@uenp.edu.br

* Mestra em Ensino (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Professora colaboradora da Escola Municipal Dom Bosco. janainamessiasdejesus@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como base uma análise documental, cujo objetivo é apresentar resultados da modelização teórica do gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”. A fundamentação teórico-metodológica pauta-se nos estudos do Interacionismo Sociodiscursivo, com ênfase no seu quadro de análise de textos/gêneros e no conceito de modelização de gêneros. Como *corpus* de análise, foram selecionadas redações de candidatos do vestibular da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) do ano de 2020, com nota na faixa de 8 a 8,5. Os resultados revelam a complexidade discursiva do artigo de opinião como redação de vestibular e fornecem subsídios para a didatização do gênero.

Palavras-chave:

Artigo de opinião; Redação de vestibular; Modelo teórico de gênero.

Abstract:

This study is based on a documentary analysis and aims to present the results of the theoretical modeling of the genre opinion article as a university entrance exam essay. The theoretical and methodological framework is grounded in Socio-Discursive Interactionism, with emphasis on its framework for text/genre analysis and on the concept of genre modeling. The corpus consists of essays written by candidates in the 2020 entrance examination of the State

University of Northern Paraná (UENP) that received scores ranging from 8.0 to 8.5. The results reveal the discursive complexity of the opinion article as an entrance exam essay and provide support for the didacticization of the genre.

Keywords:

Opinion article; College entrance exam essay; Theoretical genre model.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 28, n.2, p.97-112, Agosto, 2026

Recebido em: 13/05/2025

Aceito em: 21/01/2026

A Modelização do Artigo de Opinião em Contexto de Avaliação Escrita de Vestibular

Eliana Merlin Deganutti de BARROS
Janaina de Jesus MESSIAS

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial do arcabouço das políticas públicas de educação brasileira (Brasil, 2019, p. 7), propõe uma (re)organização no currículo escolar, principalmente, no que se refere às competências específicas e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Quanto ao trabalho com o componente curricular Língua Portuguesa, especificamente no que se refere ao Ensino Médio, a BNCC preconiza “uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens” (Brasil, 2019, p. 481). Essas práticas de linguagem são sempre configuradas em gêneros discursivos/textuais¹, os quais atuam como *megainstrumentos da comunicação* (Schneuwly, 2004). Nessa perspectiva, a escola precisa orientar o ensino da língua materna em um contexto comunicativo para “que os alunos possam vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem de diferentes mídias, situadas em campo de atuação social” (Brasil, 2019, p. 485). Para orientar uma atuação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais, a BNCC ressalta que “é preciso intensificar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o trato com o diverso e o *debate de ideias*” (Brasil, 2019, p. 498, grifo nosso).

Esse *debate de ideias* de que fala a BNCC é potencializado com o trabalho didático com os gêneros argumentativos. A experiência com a argumentação proporciona aos discentes instrumentos cognitivos que permitem que formulem um senso crítico do mundo que os rodeia. Nesse sentido, ressaltamos a importância do trabalho com a leitura, análise e produção do gênero *artigo de opinião* no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Além de objeto e instrumento do ensino da língua na Educação Básica, o referido gênero passou a ser tomado como referência para provas de redação de vestibulares, como instrumento de caráter avaliativo, como ocorre no vestibular da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), desde 2015.

Assim como Striquer e Barros (2020), compreendemos que o gênero solicitado na escrita da prova de redação da UENP é uma variação do gênero de referência social – o artigo de opinião jornalístico. Essa ruptura, fruto da hibridização da situação de produção real – o vestibular – e do contexto simulado pela prova – de escrita de um artigo para um jornal – resulta no que as autoras têm denominado de *artigo de opinião como redação do vestibular* – posição também assumida por nós.

Pesquisas têm revelado que os vestibulandos vêm apresentando dificuldades na produção do artigo de opinião como redação de vestibular (Gonçalves; Barros; Cristovão, 2024; Striquer; Barros, 2020). Isso fica evidente quando verificamos as notas obtidas pela maioria dos candidatos nas redações da UENP. Na edição de 2020, que serve de referência para nossa pesquisa, por exemplo, apenas nove candidatos obtiveram notas entre 8,0 e 8,5, notas máximas alcançadas nessa edição, o que revela a dificuldade de escrita desse gênero. Ao refletir sobre esse fato, verificamos a necessidade de compreender o funcionamento do artigo de opinião em contexto de vestibular. Para tanto, objetivamos, neste artigo, apresentar resultados da elaboração de um *modelo teórico do gênero* (Barros, 2012; Barros; Gonçalves, 2023), a saber, sua descrição e análise do ponto de vista enunciativo, discursivo e linguístico. A intenção é subsidiar o seu processo de didatização no contexto da Educação Básica e/ou de cursos preparatórios para o vestibular da UENP ou de outras instituições

¹ Neste trabalho não fazemos distinção entre gêneros discursivos e textuais. No entanto, para o presente estudo, adotamos gêneros textuais, pela filiação teórica ao ISD.

com propostas de redação semelhantes.

Para estruturar o artigo, buscamos dividi-lo em seções teóricas e analíticas. Na fundamentação teórica, apresentamos o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) e seu quadro de análise de textos/gêneros, assim como a noção de modelização do gênero, foco deste trabalho. Na fase analítica do artigo, apresentamos resultados da modelização teórica do artigo de opinião como redação do vestibular, realizada pela pesquisa, a partir de uma pesquisa documental, baseada na análise de um *corpus* constitutivo do gênero.

O ISD E SEU ARCABOUÇO TEÓRICO PARA ANÁLISE TEXTOS/GÊNEROS

Para o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), texto é “toda unidade de produção de linguagem que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário” (Bronckart, 2003, p. 71). Como nossas interações são mediadas pela linguagem e são os textos que a materializam, esses são considerados a unidade máxima da comunicação humana.

Como todas as interações comunicativas são mediadas por textos, a composição dos textos, naturalmente, sofre influência direta das propriedades da situação de comunicação na qual eles estão inseridos. Nesse sentido, não há como analisar um texto sem levar em consideração o seu contexto de produção e recepção. Partindo desse princípio, o ISD postula que é no âmbito da interação que o sujeito se constrói como ser ativo, crítico, reflexivo. E, para analisar essas interações, é preciso tomar como objeto os textos que materializam as práticas de linguagem e suas configurações genéricas, a saber, os *gêneros de texto*, considerados “objetos da interiorização da psique humana pois é, por intermédio deles, que os indivíduos interagem e, conseqüentemente, constroem seu repertório social e cultural” (Barros; Rios-Registro, 2014, p. 7).

Em todas as situações de interação acionamos *modelos pré-construídos de textos*, ou seja, como participantes de diversas esferas sociais, mobilizamos, diariamente, uma variedade de gêneros (escritos, orais, multimodais) para interagirmos socialmente, seja na condição de agentes-produtos seja de receptores. Relatamos fatos do dia a dia a nossos amigos, dialogamos com nossos familiares, trocamos mensagens virtuais no ambiente de trabalho, produzimos textos profissionais, lemos notícias, piadas, assistimos novelas, filmes, etc.

Os gêneros são, dessa forma, ferramentas fundamentais, pois ordenam e estabilizam as atividades comunicativas. Eles cumprem funções sociais no interior das práticas de linguagem das quais são requisitados como mediadores da comunicação. Toda produção de um texto requer, segundo Bronckart (2006), conscientemente ou inconscientemente, a seleção de um gênero no *arquitrato social* – espécie de repertório de gêneros deixado como legado pelas gerações antecedentes, disponível aos sujeitos ao empreenderem uma ação de linguagem.

Bronckart (2003), a fim de averiguar as ações de linguagem realizadas pelos sujeitos elabora um quadro de análise. Como o autor adota um *método descendente* (Bronckart, 2006), seu modelo analítico parte, primeiramente, da investigação das *condições de produção*, para, depois, se deter na análise da *arquitectura interna dos textos*.

No que se refere às *condições de produção*, essas, segundo o ISD, organizam as classes dos subconjuntos que desempenham influência sobre a produção do texto. Podem ser estudadas a partir de dois mundos formais (conjunto de representações sociais): mundo físico e mundo sociossubjetivo. O mundo físico refere-se ao mundo empírico da ação de linguagem e pode, segundo Bronckart (2003), ser analisado pelos seguintes parâmetros contextuais: o lugar de produção, o momento de produção, o emissor e o receptor. No que tange ao mundo sociossubjetivo, o autor o aborda pelos seguintes parâmetros: o lugar social, a posição social do emissor, a posição social do receptor e objetivo da interação. Diferentemente do mundo físico, que é uma representação real, o mundo sociossubjetivo apresenta características das representações sociossubjetivas, por exemplo, os papéis sociais que os indivíduos representam em uma ação de linguagem.

Já a *arquitectura interna dos textos*, na visão do ISD, pode ser subdividida em três níveis: 1) infraestrutura geral do texto; 2) mecanismos de textualização; e 3) mecanismos enunciativos. A

infraestrutura geral do texto, por sua vez, é composta pelo plano geral do texto, pelos tipos de discurso e pelas sequências nele aparecem. O plano geral “refere-se à organização de conjunto do conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo, ou seja, consiste na organização do texto” (Bronckart, 2003, p. 120). Os tipos de discurso referem-se aos modelos discursivos que são observáveis nos textos. Para o ISD, esses são classificados em: discursivo interativo, discurso teórico, relato interativo e narração – os dois primeiros compreendem o mundo do expor e, os dois últimos, o mundo do narrar. Por fim, as sequências textuais são modos de planificação de linguagem “que se desenvolvem no interior do plano geral do texto (sequências narrativas, explicativas, argumentativas, etc.)” (Bronckart, 2003, p. 121).

O segundo conjunto que compõe a arquitetura interna dos textos é formado pelos *mecanismos de textualização*, os quais estão articulados à progressão textual e são os responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática do texto. “Fundamentalmente articulados à linearidade do texto, explicitam, tendo em vista o destinatário, as grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais do texto” (Bronckart, 2003, p. 122). Esses mecanismos são divididos em três subcategorias: 1) conexão, 2) coesão nominal e 3) coesão verbal.

O último conjunto da arquitetura interna dos textos, os *mecanismos enunciativos*, contribuem “para a manutenção da coerência pragmática (interativa) do texto” (Bronckart, 2003, p. 130), isto é, para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos que traduzem as diversas avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático, que visam a orientar a interpretação do texto. Eles são subdivididos em: 1) vozes enunciativas; 2) modalizações.

MODELIZAÇÃO DO GÊNERO: INSTRUMENTO DA ENGENHARIA DIDÁTICA DO ISD

O *modelo didático* é uma ferramenta criada pelo grupo de Genebra para viabilizar o processo da transposição didática de gêneros. De acordo com Machado e Cristovão (2006), esse modelo atua como um mecanismo colaborador para a compreensão e, conseqüentemente, aprendizagem de um determinado gênero. De forma geral, o objetivo do modelo didático é explicitar as dimensões ensináveis do gênero, levando em consideração um contexto didático específico.

Segundo os pesquisadores genebrinos filiados ao ISD (Schneuwly; Dolz, 2004), o processo de modelização didática de um gênero prevê algumas fases. Na primeira etapa, tem-se a busca pelos especialistas do gênero. Esses podem ser tanto aqueles que utilizam os textos do gênero (como agentes-produtores ou receptores – nesse caso, podem ser feitas entrevistas), como também pesquisadores que o estudam (nesse caso, faz-se um estudo bibliográfico sobre o gênero). A segunda etapa é o momento de seleção e de análise de um *corpus* representativo do gênero, a fim de descrevê-lo. Por fim, a terceira etapa prevê a observação do contexto de intervenção didática, para que o modelo do gênero possa ser adaptado aos aprendizes.

De acordo com Schneuwly e Dolz (2004), para que o processo de modelização aconteça, esse deve estar respaldado em três princípios: *legitimidade*, *pertinência* e *solidarização*. No que diz respeito ao primeiro princípio, esse refere-se a saberes legitimados. Portanto, os modelos de gêneros devem estar alicerçados no funcionamento do gênero enquanto objeto social. No que concerne ao segundo princípio, ele aborda a pertinência do gênero: “a escolha, dentre os saberes disponíveis, daqueles que são pertinentes, em função da finalidade e dos objetivos escolares e das capacidades dos alunos” (Schneuwly; Dolz, 2004, p. 181). Ou seja, o modelo tem que ser pertinente para o contexto de intervenção didática. Dessa forma, é preciso avaliar quem são os alunos, o que eles já sabem sobre o gênero, etc., para, então, adaptar o gênero à realidade da turma. Por fim, o último princípio, da solidariedade, diz respeito à harmonia entre os dois princípios anteriores. O modelo didático deve representar, assim, um equilíbrio entre o gênero como objeto social e o gênero como objeto de ensino.

Na definição de modelo didático de gênero dos pesquisadores genebrinos, como vemos, uma fase importante é a adaptação do gênero a um contexto específico de ensino, ou seja, tais modelos são elaborados para fins didáticos determinados. Em uma perspectiva mais ampla, Barros (2012) e Barros e Gonçalves (2023) concebem um processo de modelização preliminar, o qual denominam de *modelo teórico do gênero*. Esse modelo refere-se à descrição do gênero enquanto objeto social de

referência, por um viés teórico. É a primeira fase da modelização didática: a) consulta aos especialistas; b) descrição do *corpus* por meio de um viés teórico. Sendo assim, um modelo teórico pode ser ampliado e transformado em um modelo didático, adaptado a um contexto situado de ensino e aprendizagem. Na perspectiva de Barros (2012), a modelização do gênero pode ser realizada, *a priori*, sem levar em consideração um contexto didático específico. Essa ferramenta é elaborada, portanto, para compreender o funcionamento de práticas de linguagem configuradas em gêneros de textos.

A modelização teórica é, pois, o foco desta pesquisa, uma vez que não direcionamos nosso modelo do gênero a um contexto didático específico.

METODOLOGIA: PESQUISA DOCUMENTAL PARA A MODELIZAÇÃO DO GÊNERO

Este trabalho, com base no método de análise documental (Gil, 2014), apresenta uma das fases da modelização teórica do artigo de opinião como redação de vestibular: a análise de um *corpus* representativo do gênero, a fim de descrever suas dimensões contextuais, discursivas e linguísticas. Para tanto, foram selecionados nove exemplares de redações dos candidatos do vestibular da UENP do ano de 2020, cujo comando propunha que o candidato produzisse um artigo de opinião, com base na seguinte orientação:

Produza um artigo de opinião, assumindo o papel social de um leitor de jornal que intenciona publicar seu ponto de vista em relação à questão polêmica: as campanhas publicitárias devem abordar, em seus anúncios comerciais, a heterogeneidade racial e de gênero, como uma forma de compromisso social? Não se esqueça de que o artigo de opinião é um texto argumentativo, por isso, além de se posicionar frente à questão exposta, é preciso selecionar bons argumentos para a defesa da sua tese. Os textos abordam a questão apresentada. Mas lembre-se de que eles podem ser usados apenas como suportes para a sua argumentação e nunca copiados deliberadamente. Você será avaliado pelo grau de autoria do texto! (UENP, 2020, p. 16).

Para a análise, buscamos redações que alcançaram as melhores notas (entre 8,0 e 8,5), uma vez que entendemos ser elas as que melhor representam o “modelo” a ser atingido. Embora sejam notas altas, nenhum candidato alcançou a pontuação máxima: 10,0. Para nortear o processo de modelização, utilizamos o dispositivo didático elaborado por Barros (2012), fundamentado nas categorias de análise de textos/gêneros do ISD. A ferramenta é direcionada por meio de perguntas com o objetivo instrumentalizar a elaboração de modelos teóricos (os quais podem ser transformados em modelos didáticos).

DESCRIÇÃO DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO REDAÇÃO DE VESTIBULAR

No modelo de análise textual de Bronckart (2003), a descrição de um gênero pauta-se na análise de um *corpus* de textos, tendo como norte, *a priori*, as representações do contexto de produção, com base em hipóteses levantadas pelo pesquisador a partir do conhecimento sobre o funcionamento da prática de linguagem da qual emerge o gênero estudado. No Quadro 1, buscamos apresentar o contexto de produção do gênero “artigo de opinião como redação do vestibular”, do vestibular de 2020 da UENP – objeto desta investigação –, tendo como base os parâmetros situacionais propostos pelo modelo de análise do ISD.

Quadro 1 – Análise dos parâmetros do contexto de produção

Mundo físico	Mundo socio subjetivo
Lugar de produção: Salas da Universidade.	Lugar social: Instituição de Ensino Superior pública. Esfera acadêmica.
Momento de produção: A prova do vestibular da UENP de 2020 foi distribuída em dois momentos. A	Posição social do emissor (enunciador): Candidato interessado em uma vaga na universidade pública (enunciador

prova de Redação aconteceu no dia 24/11/2020, terça-feira, junto com as questões de Português, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). Os candidatos tiveram um total de quatro horas para realizar a prova desse dia.	real) que <i>deve simular</i> ser um leitor de jornal interessado em publicar seu ponto de vista sobre a questão polêmica “as campanhas publicitárias devem abordar, em seus anúncios comerciais, a heterogeneidade racial e de gênero, como uma forma de compromisso social?”. Deve <i>simular</i> o papel de um articulista de jornal (enunciador virtual).
Emissor: Pessoa física que escreve a redação: jovens egressos de escolas públicas e privadas que concluíram o ensino médio recentemente; adultos que concluíram o ensino médio há algum tempo; adultos que buscam por uma segunda graduação.	Posição social do receptor (destinatário): Banca avaliadora da escrita do candidato que deve dar uma nota de 0 a 10 na redação, com base em uma grade de avaliação que leva em consideração tantas características do gênero “artigo de opinião” como aspectos transversais da escrita (não divulgada pelo vestibular) ² .
Receptor: Pessoa física que recebe e lê a redação: docentes especializados no ensino da língua portuguesa.	Objetivo da interação: Produzir uma redação de vestibular, tendo como gênero de referência o artigo de opinião jornalístico, de acordo com as instruções da prova do vestibular, a fim de alcançar uma nota que possibilite passar no concurso e adentrar à universidade.
Suporte: Folha de redação da prova do vestibular.	
Conteúdo temático	
O conteúdo temático do vestibular da UENP do ano de 2020 insere-se na polêmica que envolve a heterogeneidade racial e de gênero nas campanhas publicitárias. Um tema polêmico que demanda que o candidato tenha um repertório de conteúdo para se posicionar e defender seu ponto de vista.	

Fonte: Baseado em Bronckart (2003).

O artigo de opinião como redação de vestibular é um gênero que resulta de um conflito existente entre dois contextos de produção: um virtual e outro real. O primeiro busca referências na esfera jornalística, campo de atuação social do artigo de opinião, como podemos observar no comando da prova. O segundo, o real, está implicado na situação avaliativa do concurso do vestibular: o agente-produtor do texto, no papel de candidato a uma vaga no vestibular, produz um texto para ser avaliado por uma banca especializada. Dessa forma, o referido gênero se insere em situações de comunicação em que o candidato precisa produzir um texto com o propósito comunicativo de mostrar que possui domínio do gênero de referência (o artigo de opinião jornalístico), das convenções da escrita e das normas estabelecidas pelo vestibular (exemplo, número mínimo e máximo de linhas). Enfim, o artigo de opinião em contexto de vestibular se constitui numa mescla entre os propósitos avaliativos do vestibular e os relacionados à prática social de defesa de um ponto de vista por articulistas de jornal.

Após apresentarmos uma análise dos parâmetros contextuais da produção dos artigos de opinião como redação de vestibular por candidatos do certame do vestibular de 2020 da UENP, trazemos o Quadro 2, em que são sintetizadas as capacidades de ação requeridas por um candidato para a produção do gênero, ou seja, as representações que devem orientar a sua escrita.

Quadro 2 – Descrição das capacidades de ação

CAPACIDADES DE AÇÃO
a) O candidato a um vestibular que solicita a escrita de um artigo de opinião na prova de redação deve ter em mente ao mesmo tempo os objetivos e normativas da prova de redação do vestibular e os objetivos e características do gênero de referência – o artigo de opinião jornalístico – uma vez que, a finalidade última é atingir uma nota satisfatória para passar no vestibular e adentrar à universidade.
b) O agente-produtor é a fusão de dois enunciadores: o candidato ao vestibular e o articulista de jornal. É essa dupla representação que deve nortear a escrita do texto.
c) Ele precisa tanto atender as demandas institucionais da escrita convencional, as regulamentadas pela prova, assim como as específicas do gênero de referência, pensando na avaliação que uma banca especializada (destinatário que pertence à esfera acadêmica) irá realizar, com base nesses parâmetros.
d) Deve ter um bom conhecimento sobre o conteúdo temático pressuposto pela questão polêmica dada pelo vestibular. Um conhecimento que vá além daquilo que é exposto pelos textos de apoio da prova, uma vez que, nesse contexto, espera-se que o candidato mostre um grau elevado de autoria, ou seja, que não apenas reproduza os discursos do senso comum e dos textos de apoio da prova. Mais que isso, o candidato precisa mostrar que sua representação

² Informação coletada informalmente com membros da banca avaliadora.

valorativa do referente é coerente com sua argumentação. Ou seja, deve ter em mente que o conteúdo temático está relacionado a questões polêmicas que norteiam a nossa sociedade e que terá que posicionar-se frente a elas, trazendo argumentos que corroborem o seu ponto de vista.

Fonte: As autoras.

Para a análise das capacidades discursivas e linguístico-discursivas, utilizamos, em vários momentos, excertos das redações do nosso *corpus*, identificadas pelos códigos T1, T2, etc.

As *capacidades discursivas* referem-se às aptidões relacionadas aos aspectos discursivos necessárias para a produção textual. A análise é orientada pelo modelo de Bronckart (2003), que subdivide, como já pontuado, a arquitetura interna do texto em três categorias: infraestrutura geral do texto (plano textual global, tipos de discurso, de sequência), mecanismos de textualização (conexão, coesão nominal e verbal) e mecanismos enunciativos (vozes e modalizações). No que tange ao *plano textual global*, elaboramos alguns tópicos que “resumem” o gênero.

- ✓ Ele vem acompanhado de um título, visto que “a ausência desse implica a perda de pontos, no entanto não anula a redação” (UENP, 2020, p 14-17). O título, na maioria das vezes, contém uma provocação inicial. Na análise, verificamos três estratégias discursivas principais: 1) recorte do tema geral (T1: “Publicidade de mãos dadas com a diversidade”); 2) exposição de uma premissa, isto é, indícios do posicionamento a ser defendido no texto (T7: “Por uma mídia múltipla”); 3) textos genéricos, que não abordam diretamente o tema da redação e que poderiam ser usados em diversos contextos (T4: “A realidade só se torna real, quando vista ou representada”). No *corpus* analisado, a recorrência é, justamente, por essa última categoria – por títulos que abordam a temática de uma forma mais ampla.
- ✓ Ancora-se no gênero de referência “artigo de opinião jornalístico”.
- ✓ Deve ser produzido com um determinado número de linhas, respeitando as orientações impostas pelo vestibular, “não é permitido desrespeitar o número mínimo de 15 linhas ou máximo de 30 linhas” (UENP, 2020, p 14). Quando o candidato não respeita essa norma, ele é desclassificado do certame e recebe nota 0.
- ✓ Deve ser escrito de acordo com a norma culta da língua portuguesa, embora os candidatos nem sempre respeitem essa norma, o que compromete a sua avaliação.
- ✓ O agente-produtor não pode deixar indícios de autoria, visto que ele está passando por um processo avaliativo. Por isso ele não pode assinar o texto, com o risco de zerar a prova.
- ✓ O texto deve respeitar o tema e gênero proposto, pois o candidato, ao desrespeitar essa norma, é desclassificado do concurso.
- ✓ Na *introdução*, de forma geral, os candidatos apresentam uma contextualização sobre o tema, trazendo, muitas vezes, dados de pesquisas, fatos históricos, vozes de autoridade (filósofos, sociólogos, escritores, etc.). O agente-produtor, nessa fase, costuma apresentar uma premissa, ou seja, indícios da posição que irá defender ou já trazer sua tese, que depois é reforçada ou ampliada na conclusão. Em T2 (ver Quadro 3) verificamos que o candidato inicia seu texto trazendo uma voz de autoridade (uma peça de teatro de Oswald de Andrade, um dos principais nomes do Modernismo brasileiro) para adentrar ao tema da diversidade racial e de gêneros, embora a peça citada somente aborde a questão de gênero. Após essa introdução do tema, ele traz uma premissa, que já leva o leitor a identificar seu ponto de vista em relação à questão polêmica: de que as empresas publicitárias não valorizam a diversidade racial e de gênero nas suas campanhas (ver Quadro 3).
- ✓ No *desenvolvimento* o candidato, normalmente, se posiciona diante da questão polêmica e constrói argumentos e, às vezes, contra-argumentos, baseados em conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida escolar e de suas interações sociais. Cada argumento é discorrido, quase sempre, em um único parágrafo, e, pelo limite de linhas imposto pela prova, é comum o candidato mobilizar apenas dois parágrafos para o desenvolvimento do texto, como no nosso exemplo (ver Quadro 3).

- ✓ Na *conclusão*, geralmente, o candidato propõe o fechamento das ideias expostas ao longo do texto, trazendo a sua tese (já expressa ou não no início em forma de premissa) ou expande a premissa apresentada inicialmente. Em T2 (ver Quadro 3) verificamos que o candidato amplia o ponto de vista apresentado em forma de premissa, no início da redação, uma vez que imputa ao Estado o dever de incentivar a diversidade publicitária, ou seja, é uma conclusão que, de certa forma, traz uma “resolução para o problema”, nos moldes exigidos pela redação do ENEM³.

De modo geral, os textos analisados apresentam quatro parágrafos, dentre os quais temos: 1º) introdução; 2º) argumento 1; 3º) argumento 2; 4º) conclusão. Entendemos que muitos textos, independentemente do gênero que os configura, organizam-se por introdução, desenvolvimento e conclusão. No entanto, vale pontuar que essa estrutura básica não pode ser tomada como o *plano textual* do gênero. O que precisamos compreender é o que cada uma dessas partes apresentam, como elas são planejadas do ponto de vista discursivo. É justamente isso que pretendemos exemplificar pela análise de T2 (Quadro 3).

Quadro 3 – Análise do plano textual global de T2

Título: Empatia e representatividade [TÍTULO COM TEMA GENÉRICO]		
<p>Introdução Desde a década de 1930. Oswald de Andrade – autor do primeiro tempo de modernismo – chocava os leitores e espectadores da época (1967) com sua peça teatral “O rei da vela”. Nela retratou, sem medo das críticas, as relações homoafetivas das personagens e fragmentou a ideia “família perfeita” [INTRODUÇÃO DO TEMA]. Infelizmente, no que diz respeito ao cenário brasileiro atual, nota-se o preconceito estrutural que vigora em campanhas publicitárias, quando estas [não] se preocupam em abordar a heterogeneidade ética e de gênero [PREMISSA].</p>	<p>Desenvolvimento <u>A MEU VER, um país que possui estampado em sua bandeira o ideal positivista “Ordem e progresso”, deveria progredir no que diz respeito à diversidade da mídia. ISSO PORQUE o número de propagandas abordando a temática LGBT e famílias afrodescendente é ínfimo, se comparado às inúmeras propagandas que sempre perpetuaram a ideologia de “família tradicional brasileira” – brancos e héteros.</u> [ARGUMENTO]</p> <p><u>ADEMAIS, esquecem-se da importância da representatividade para as minorias. Para uma criança negra, ser representada na televisão abre portas para que ela reconheça sua identidade e enxergue sua beleza como ela é única e fora dos padrões estéticos impostos pela sociedade; para alguém que está descobrindo sua sexualidade, é imprescindível que compreenda que está tudo bem se dois homens quiserem se relacionar efetivamente, pois “amor é amor”, independente do gênero.</u> [ARGUMENTO]</p>	<p>Conclusão ENTENDO, PORTANTO, QUE DEVE HAVER O ESTÍMULO DO ESTADO A CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS QUE REPRESENTEM TAIS MINORIAS PARA QUE, CADA VEZ MAIS, AS PESSOAS SE CONSCIENCIZEM E ERRADIQUEM DE SUAS MENTES FECHADAS ESSE PRECONCEITO INSTITUCIONALIZADO. DESSA FORMA, O PAÍS SE TORNARIA MAIS RESPEITOSO E EMPÁTICO, ACEITANDO, DE UMA VEZ POR TODAS, A DIVERSIDADE QUE EXISTE AQUI DESDE O DESCOBRIMENTO DAS TERRAS PELOS PORTUGUESES. [CONCLUSÃO/EXPANSÃO DA PREMISSA/TESE]</p>

Fonte: As autoras, a partir da redação T2.

No que diz respeito às *sequências textuais*, podemos afirmar que a *sequência argumentativa* é a base de todos os textos analisados. Para Bronckart (2003), a sequência argumentativa, do ponto de vista do raciocínio lógico, implica a existência de uma tese sobre uma questão polêmica, a partir da qual são propostos dados novos (argumentos) que orientam para uma conclusão (ou nova tese). No que diz respeito à sua planificação textual, a sequência argumentativa, de forma prototípica, pode apresentar quatro fases: premissa, argumentos, contra-argumentos, conclusão/tese.

³ Brasil, ([2025]).

O candidato ao vestibular, ao representar ser um leitor de jornal interessado em publicar seu ponto de vista sobre o tema polêmico, dialoga conscientemente ou inconscientemente com o destinatário (seja o virtual seja o real). Há, assim, uma simulação de interação. Nos textos analisados, o mais comum é que o candidato organize sua argumentação a partir da explicitação de uma premissa, do desenvolvimento de dois argumentos principais e da apresentação de uma conclusão em que ora reforça a premissa, ora a expande (ver Quadro 3). Nos textos do nosso *corpus* não encontramos contra-argumentos, o que não significa que o candidato não possa utilizar essa estratégia argumentativa.

Em relação aos *mundos discursivos*, o artigo de opinião como redação do vestibular pertence ao *mundo do expor*. A classificação como discurso da ordem do expor diz respeito ao fato de o conteúdo temático das redações estarem conjuntos aos parâmetros contextuais da ação de linguagem. Quanto à *implicação* ou à *autonomia* desse expor, nos exemplares analisados, há marcas linguísticas que apresentam tanto características do *expor implicado* (*discurso interativo*) como do *expor autônomo* (*discurso teórico*). Neste último caso, o texto apresenta-se em uma relação de autonomia com os parâmetros da ação da linguagem e sua interpretação: “não requer nenhum conhecimento dos parâmetros da situação de ação de linguagem de que se origina” (Bronckart, 2003, p. 160). Assim, podemos considerar “que os dois tipos estão aí, fusionados, constituindo assim um verdadeiro tipo misto interativo-teórico” (Bronckart, 2003, p. 192).

A princípio, o *discurso interativo* pode ser justificado nas redações analisadas pela interação que o agente-produtor tenta estabelecer com seu interlocutor. Essa interação pode ser explicitada de diversas formas. A principal delas são as marcas dêiticas de pessoa, lugar e tempo (Bronckart, 2003). De forma geral, um dos aspectos mais frequentes nas redações analisadas, que caracteriza o *discurso interativo*, é a implicação do enunciador, que, nos textos, é expressa pelo uso da 1ª pessoa do singular ou plural (ver excertos 1, 2 e 3). Ao se colocar explicitamente no texto, o enunciador expõe seu ponto de vista sobre o conteúdo temático e, ao argumentar, busca a adesão do destinatário, implicando-o, seja por meio do uso do “nós” (ver excertos 1 e 2) seja de estratégias discursivas que parecem simular a interação face a face (ver excerto 2 – o que está entre parênteses parece representar uma ruptura do discurso teórico para que o agente-produtor fale diretamente a seu interlocutor, “*tenho para mim que o termo...*”). Entretanto, talvez pela influência das “normas” impostas para a escrita da *dissertação escolar* ou da *redação do ENEM* (Striquer; Barros, 2020), também encontramos textos em que o enunciador se “oculta” discursivamente, pelo uso da terceira pessoa gramatical em frases que mobilizam verbos com teor opinativo (ver excerto 4). De acordo com Striquer (2014, p. 326), “O emprego desses recursos confere um tom universal no tratamento ao tema proposto”.

Outra estratégia que imprime interatividade no texto é o uso de dêiticos temporais. Nos textos analisados, encontramos apenas o que estamos chamando de *dêiticos temporais genéricos*. Por meio deles não se recupera o tempo exato de produção, mas é possível localizar a ação de linguagem em certo espaço temporal. Os usos desses três advérbios exemplificam a análise: *atualmente* (T3), *nos últimos anos* (T3), *nos dias atuais* (T6 – excerto 2),

[*excerto 1*] “E como pessoas **devemos** todos ser protegidos para **alcançarmos** a equidade. No entanto, negros, membros da comunidade LGBT e mais estão em situações de perigo há séculos” (T1).

[*excerto 2*] “A partir da observação das mudanças ocorridas em nossa sociedade **nos dias atuais, podemos ver**, além de grandes avanços no campo tecnológico e intelectual, um triste retrocesso no âmbito da representatividade das minorias e respeito para com as diferenças, isso tudo pode ser percebido na indústria publicitária quanto comerciais de televisão retratam a diversidade de gênero, cor (**tenho para mim** que o termo “raça” seja universal, até porque, **possuímos todos** a mesma) ou até mesmo pessoas com limitações físicas?” (T6).

[*excerto 3*] Em contrapartida, **vejo eu**, que tal questão possui níveis hierárquicos a serem superados, sendo o principal, a intolerância para com as minorias [...] (T9).

[*excerto 4*] “[...] **nota-se** que a sociedade brasileira em sua maioria é heteronormativa e racista, ou seja, quaisquer mudanças para intrigar indivíduos como negros e membros da comunidade ALGBTI + em anúncios e na publicidade no geral é vista como algo ruim desencadeando uma série de comentários negativos sobre essa inclusão” (T6).

Os textos analisados, ao mesmo tempo em que procuram estabelecer uma interlocução com o destinatário, uma vez que o que os estrutura discursivamente é a argumentação e, conseqüentemente,

a busca pela adesão do outro, também mantêm certa autonomia em relação aos parâmetros contextuais. Como resultado temos em certo distanciamento entre quem produz o texto e quem o recebe, por isso a classificação do texto como *discurso teórico-interativo*. No excerto 5, observamos essa mescla discursiva: ao mesmo tempo em que o agente-produtor se coloca explicitamente no texto (*a meu ver*), marca do *discurso interativo*, ele mobiliza um *discurso autônomo*, trazendo o conteúdo temático de forma independente da ação lingüística.

[excerto 5] A meu ver, um país que possui estampado em sua bandeira o ideal positivista “Ordem e progresso”, deveria progredir no que diz respeito à diversidade da mídia. [...] Ademais, esquecem-se da importância da representatividade para as minorias. Para uma criança negra, ser representada na televisão abre portas para que ela reconheça sua identidade e enxergue sua beleza como ela é única e fora dos padrões estéticos impostos pela sociedade; para alguém que está descobrindo sua sexualidade, é imprescindível que compreenda que está tudo bem se dois homens quiserem se relacionar efetivamente, pois “amor é amor”, independente do gênero (T2).

No Quadro 4, é apresentada uma síntese das capacidades discursivas requeridas para a produção do artigo de opinião como redação do vestibular, resultado das análises feitas com base no *corpus* da pesquisa.

Quadro 4 – Descrição das capacidades discursivas

CAPACIDADES DISCURSIVAS	
a)	O candidato deve saber que o artigo de opinião como redação de vestibular utilizado pela banca para a produção da redação está ancorado no gênero de referência social “artigo de opinião jornalístico”.
b)	Ao produzir o texto, ele deve ter em mente os objetivos e normativas da prova de redação. É preciso apresentar um título que chame a atenção do interlocutor e que tenha coerência com o texto produzido, a partir da mobilização de diferentes estratégias discursivas, como o recorte temático ou até mesmo a própria questão polêmica. Além disso, o texto tem que ser escrito na norma culta da língua portuguesa e o candidato não pode fugir ao tema, dado que é um dos requisitos da correção.
c)	O candidato não pode deixar indícios de sua autoria, uma vez que ele está inserido em um processo avaliativo.
d)	Para escrever seu texto, ele precisa dominar as estratégias discursivas próprias do discurso misto interativo-teórico. Deve dialogar com seu interlocutor, mantendo certa interatividade, para defender certo ponto de vista, mas, ao mesmo tempo, expor o conteúdo temático de forma autônoma, sobretudo, para fundamentar sua tese em relação à fundamentação teórica.
e)	Pelo fato de ter que defender certo ponto de vista, precisa saber planificar discursivamente as fases prototípicas de uma sequência argumentativa: premissa, argumentos/contra-argumentos, conclusão/tese.
f)	É preciso também conseguir planificar o texto no limite de páginas exigido pela prova (15 a 30). Devido a essa restrição, normalmente, os candidatos estruturam seus textos em 4 parágrafos: 1º) introdução (contextualização e premissa); 2º) desenvolvimento (argumento 1); 3º) desenvolvimento (argumento 2); 4º) conclusão (tese ou reforço ou ampliação da premissa).

Fonte: As autoras.

No que se refere às *capacidades lingüístico-discursivas*, analisamos os mecanismos de textualização e enunciativos. Quanto à *conexão*, primeiro subconjunto dos mecanismos de textualização, essa categoria funciona como organizador do plano geral do texto, dos tipos de discurso e das frases de uma sequência. Nos exemplares analisados, observamos que, de forma geral, os candidatos utilizam várias formas de articulação de suas ideias, com o auxílio de conectivos, sobretudo, de ordem lógica, uma vez que a sequência que planifica o texto, como vimos, é a argumentativa. Tipos de conectivos recorrentes: explicação, conclusão de raciocínio, contraposição de ideias, condição (*pois, se, além de, embora, afinal, no fim, portanto, e, por conseguinte, visto que, ademais, no entanto, dado que, dessa forma*).

Já a *coesão nominal* tem como objetivo introduzir temas e assegurar a referenciarão e a progressão textual. De modo geral, o agente-produtor mobiliza estratégias para retomar objetos discursivos já referenciados no texto, de forma coerente, de acordo com seus objetivos argumentativos. Nesse gênero as cadeias anafóricas mais expressivas são introduzidas por referentes textuais relacionados ao tema principal da redação, os quais, geralmente, são constituídos por objetos discursivos abstratos (*publicidade, diversidade racial, etc.*). Por isso, além do domínio do uso de anáforas pronominais (*ele, ela, o, a, lhe, seu, sua, etc.*), o candidato precisa ter um bom repertório

lexical para retomar o referente, substituindo-o, conforme sua linha argumentativa, por: perífrase, hipônimo/hiperônimo, sinônimo, metáfora, nominalização, etc. A retomada textual, nesse gênero, não pode ser vista, de forma simplória, como uma estratégia de “não repetição de termos”. Ela é uma das ferramentas discursivas de “manipulação valorativa” do conteúdo temático. Como é o caso do exemplo apresentado no Quadro 5 (redação T1) em que o candidato utiliza diversas estratégias para retomar os termos que já foram introduzidos no texto (a *pesquisa “todxs”, a comunidade negra; indígena, LGBT e outras e as campanhas publicitárias*).

Quadro 5 – Análise da coesão nominal

Título: Publicidade de mãos dadas com a diversidade.		
<p>Introdução <i>A PESQUISA “TODXS” é responsável por analisar a representatividade na publicidade brasileira. <u>ESTA</u> revelou que, embora haja grande evolução nos comerciais, as marcas ainda não abordam a verdadeira heterogeneidade racial e de gênero. A negligência <u>DA COMUNIDADE NEGRA, INDÍGENA, LGBT e outras</u> nas campanhas publicitárias é um problema de todo o país. Afinal, se não representados, <u>ESSES GRUPOS</u> sofrem não só psicologicamente, mas fisicamente, com o preconceito.</i></p>	<p>Desenvolvimento <i>Em primeiro lugar, é crucial que a diversidade de gênero e raça seja abordada porque o Brasil é um dos países mais heterogêneos do mundo. Isto é, não faz sentido excluirmos <u>GRUPOS INTEIROS</u> das propagandas de TV, quando todos nós sabemos o quanto <u>ELES</u> estão presentes na sociedade atual. Ademais, é muito importante para o desenvolvimento psicológico de <u>TAIS COMUNIDADES</u> que elas se vejam representadas. Pois desta forma a <u>SUA</u> história, <u>SUA</u> cultura e <u>SUA</u> luta pela inclusão será mais divulgada e valorizada por outros e por <u>ELAS MESMAS</u>. Quando não escondemos a diversidade e damos incentivo à sua batalha, estamos indiretamente promovendo respeito, equidade e amor</i> <i>Além disso, a representatividade de raças e gêneros é um compromisso social d[<u>AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS</u>] porque auxilia na segurança <u>DESSES GRUPOS</u>. É por meio [<u>DELAS</u>] – mas não somente [<u>DELAS</u>] – que a nossa sociedade passa a compreender que, independentemente da cor, ou orientação sexual, somos todos pessoas. E como pessoas devemos todos ser protegidos para alcançarmos a equidade. No entanto, <u>NEGROS, MEMBROS DA COMUNIDADE LGBT e mais</u> estão em situações de perigo há séculos. A <u>SUA</u> exclusão nos programas só corrobora para que eles não sejam vistos como “dignos” de auxílio para superar a vulnerabilidade</i></p>	<p>Conclusão <i>Portanto, [<u>AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS</u>] devem sim revelar em [<u>SEUS</u>] anúncios comerciais a heterogeneidade racial e de gênero. [<u>ELAS</u>] ajudam não só a mostrar a realidade do país, como também a valorizar e respeitar diferentes culturas e lutas. Consequentemente, [<u>SUJEITO OCULTO</u>] corroboram para que <u>OS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS</u> obtenham mais auxílio para a <u>SUA</u> segurança. É compromisso social também das marcas fazer com que o preconceito e o racismo diminuam para que a igualdade de <u>TODOS</u> seja alcançada.</i></p>

Fonte: As autoras, a partir de T1.

A *coesão verbal* assegura, conforme Bronckart (2003), a organização temporal dos acontecimentos. Por ser um gênero da ordem do expor, o tempo de ancoragem que orienta a coesão verbal do discurso principal é sempre o momento da produção. Assim, o agente-produtor utiliza o presente para estabelecer relações de simultaneidade com o momento de fala. No entanto, como podemos verificar nas redações analisadas, há casos em que o candidato utiliza o tempo passado para expressar uma anterioridade em relação a esse momento de produção e, também, em alguns momentos, verbos no tempo futuro para exprimir uma relação de posterioridade quanto a esse presente da escrita. Evidentemente, pela natureza do texto argumentativo, o tempo verbal presente do indicativo é o mais acionado.

Nos *mecanismos enunciativos* contribuem “para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos [...] e traduzem as diversas avaliações [...] sobre alguns aspectos do conteúdo temático” (Bronckart, 2003, p. 130). Comporta duas instâncias: as vozes enunciativas e as modalizações. Com

relação às *vozes enunciativas*, Bronckart (2003) as divide em: vozes sociais, de personagens e do autor. A voz do autor está relacionada à pessoa que produz o texto; as vozes sociais referem-se às vozes de instituições ou pessoas exteriores ao conteúdo temático do texto; as vozes de personagens referem-se às vozes de pessoas ou instituições que estão diretamente implicadas como agentes no texto.

Observamos que a *voz do autor* se revela com frequência nos textos analisados pelo uso ora da 1ª pessoa do singular ora do plural. Isso imprime ao texto, como vimos, uma perspectiva interativa, pois o agente-produtor se mostra discursivamente, como no exemplo do excerto 8:

[excerto 8] “A partir da observação das mudanças ocorridas em nossa sociedade nos dias atuais, podemos ver, além de grandes avanços no campo tecnológico e intelectual, um triste retrocesso no âmbito da representatividade das minorias e respeito para com as diferenças, isso tudo pode ser percebido na indústria publicitária quantos comerciais de televisão retratam a diversidade de gênero, cor (tenho para mim que o termo “raça” seja universal, até porque, possuímos todos a mesma) ou até mesmo pessoas com limitações físicas?” (T6).

Por ser um texto argumentativo, é comum, no artigo de opinião como redação de vestibular, a mobilização de *vozes sociais* para sustentar a defesa de um ponto de vista. Na redação T2, por exemplo, o candidato aciona uma voz social representativa da nacionalidade brasileira – a bandeira nacional – para dar credibilidade à sua argumentação: “*A meu ver, um país que possui estampado em sua bandeira o ideal positivista ‘Ordem e Progresso’, deveria progredir no que diz respeito à diversidade da mídia*” (T2).

Observamos também que é habitual os candidatos mobilizarem *vozes de personagens* como recurso argumentativo, ou seja, como vozes de autoridade, por meio de citações indiretas. É prototípico do gênero o acionamento de vozes de filósofos, sociólogos e grandes escritores, provavelmente, trabalhados durante o Ensino Médio ou em curso preparatórios, como mostra o excerto 9.

[excerto 9] “Segundo Durkheim, sociólogo que desenvolveu a teoria dos fatos sociais essa narrativa de integração em anúncios e na mídia, representaria uma ameaça a sociedade já que em um ambiente heteronormativo atitudes de inclusão seriam vistas como afronte. Porém a inserção seria como uma quebra no ciclo vicioso de segregação e estigma, pois o sujeito não só sentiria-se representado, como também parte daquele meio” (T6).

Quanto às *modalizações*, essas são categorizadas por Bronckart (2003) em quatro grupos: lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas. *As modalizações lógicas* consistem “em julgamentos sobre o valor da verdade das proposições enunciadas, que são apresentadas como certas, possíveis, prováveis, improváveis, etc”. (Bronckart, 2003, p. 132). É comum os candidatos utilizarem modalizadores lógicos para darem sustentação a seu discurso argumentativo. No excerto 10, por exemplo, o agente-produtor utiliza um modalizador lógico (“é notório”) para imprimir veracidade à argumentação.

As modalizações deônticas, por sua vez, avaliam alguns elementos do conteúdo temático apresentando-os como socialmente permitidos, proibidos, necessários, desejáveis, etc. Essas são mobilizadas pelos candidatos, geralmente, na fase de conclusão, para sugerir algum tipo de “solução” para a problemática abordada, assim como pede a redação do ENEM (ver excerto 11). Um modalizador deôntico recorrente no gênero investigado é o verbo auxiliar “dever”. No *corpus* analisado, ele é utilizado para modalizar a obrigação social de fazer algo importante para a minorias. Como exemplo, trazemos o fragmento 12.

[excerto10] “Sob tal viés, é notório lembrar que desde a época das colonizações no mundo, o homem branco e o eurocentrismo sempre foram modelos a serem seguidos, visto que, o branco era caracterizado como ‘raça superior’” (T5).

[excerto 11] “Desse modo, é necessário que o rompimento de estereótipos e preconceitos seja efetiva, para que, posteriormente, a representatividade de gêneros e raças seja frequente de forma igualitária, fazendo com que as campanhas publicitárias façam seu compromisso social com a quebra de padrões” (T5).

[excerto 12] “Portanto, as campanhas publicitárias devem sim revelar em seus anúncios comerciais a heterogeneidade racial e de gênero. Elas ajudam não só a mostrar a realidade do país, como também a valorizar e respeitar diferentes

culturas e lutas. Consequentemente, corroboram para que os grupos mais vulneráveis obtenham mais auxílio para a sua segurança. É compromisso social também das marcas fazer com que o preconceito e o racismo diminuam para que a igualdade de todos seja alcançada (T1).

De acordo com Bronckart (2003, p. 132), as *modalizações apreciativas* “traduzem um julgamento mais subjetivo, apresentando os fatos enunciativos como bons, maus, estranhos, na visão da instância que avalia”. Essas, por sua vez, não são muito expressivas em nosso *corpus*.

No Quadro 6, é apresentado um resumo das capacidades linguísticas-discursivas requeridas para a produção do artigo de opinião como redação do vestibular, resultado das análises feitas com base nos exemplares analisados do vestibular da UENP 2020.

Quadro 6 – Descrição das capacidades linguísticas-discursivas

CAPACIDADES LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS
<p>a) O candidato, para produzir um artigo de opinião como redação de vestibular, deve usar a norma culta da língua portuguesa, visto que está participando de um processo avaliativo.</p> <p>b) No que se refere à <i>conexão</i>, ele precisa conhecer a funcionalidade, sobretudo, dos conectivos de ordem lógica, que expressam relações como: explicação, conclusão de raciocínio, contraposição de ideias, condição, etc. (<i>pois, se, além de, embora, afinal, no fim, portanto, e, por conseguinte, visto que, ademais, no entanto, dado que, dessa forma...</i>). Esses conectivos, se bem utilizados, auxiliam no processo argumentativo do texto.</p> <p>c) Quanto à <i>coesão nominal</i>, o candidato deve dominar estratégias diversas para introduzir objetos discursivos e retomá-los ao longo do texto, de forma coerente, de acordo com seus objetivos argumentativos. Nesse gênero a(s) cadeia(s) anafórica(s) mais expressiva(s) são introduzidas por referentes textuais relacionados ao tema principal da redação, os quais, geralmente, são constituídos por objetos discursivos abstratos (<i>publicidade, diversidade racial, etc.</i>). Por isso, além do domínio do uso de anáforas pronominais (<i>ele, ela, o, a, lhe, seu, sua, etc.</i>), o candidato precisa ter um bom repertório lexical para retomar o referente, substituindo-o, de acordo com sua linha argumentativa, por: perífrase, hipônimo/hiperônimo, sinônimo, metáfora, nominalização, etc. A retomada textual, nesse gênero, não pode ser vista, de forma simplória, como uma estratégia de “não repetição de termos”. Ela é uma das ferramentas discursivas de “manipulação valorativa” do conteúdo temático.</p> <p>d) No que se refere à <i>coesão verbal</i>, por ser um gênero da ordem do expor, o candidato precisa entender que a ancoragem temporal é sempre o momento da produção. Assim, ele deverá usar o tempo presente para estabelecer relações de concomitância com esse momento de fala; usar o tempo passado para expressar uma anterioridade em relação a esse momento de produção; e usar o tempo futuro para exprimir uma relação de posterioridade quanto a esse presente da escrita. Evidentemente, pela natureza do texto argumentativo, o tempo verbal ‘presente do indicativo’ é o mais acionado.</p> <p>e) Quanto às <i>vozes enunciativas</i>, o candidato, preferencialmente, deve deixar a <i>voz do autor</i> se manifestar por meio do uso da primeira pessoa gramatical (singular; ou plural – “nós” majestático), uma vez que o objetivo é defender um ponto de vista próprio, embora isso nem sempre ocorra (influência da dissertação escolar e redação do ENEM). Deve ter clareza que as <i>vozes sociais</i> (de entidades, instituições...) e <i>de personagens</i> (geralmente, filósofos, sociólogos e escritores trabalhados no Ensino Médio) devem ser mobilizadas de forma a dar suporte à argumentação em curso, como vozes de autoridade, e nunca como mero pretexto para impressionar a banca avaliadora.</p> <p>f) No que diz respeito às <i>modalizações</i>, o candidato deve dominar as estratégias enunciativas para modalizar o seu discurso e atingir seus objetivos argumentativos. A modalização lógica, nesse gênero, é usada, normalmente, para imprimir veracidade às proposições levantadas (<i>é notório, é crucial...</i>). A modalização deontica, geralmente, é acionada para expressar a necessidade social de “solucionar” os problemas levantados (<i>é necessário, é preciso, deve, pode...</i>). A modalização apreciativa não é muito utilizada no gênero. O candidato deve ter ciência que advérbios de modo como <i>felizmente, infelizmente</i> revelam a valoração subjetiva do objeto discursivo e podem não ser bem avaliadas pela banca do certame.</p>

Fonte: As autoras.

Em virtude dos resultados da análise, podemos observar a complexidade na modelização teórica exposta. Essa pode fornecer uma base para a elaboração de diferentes modelos didáticos e, conseqüentemente, de diferentes sequências didáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar os resultados de uma investigação centrada na modelização teórica do gênero artigo de opinião como redação de vestibular, a partir da análise de

produções escritas de candidatos do vestibular da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Fundamentada no Interacionismo Sociodiscursivo, a pesquisa buscou compreender o funcionamento desse gênero em um contexto específico de avaliação escrita, marcado pela tensão entre o contexto real do concurso vestibular e o contexto virtual de circulação do artigo de opinião na esfera jornalística.

As análises realizadas evidenciam que o artigo de opinião, quando mobilizado como instrumento avaliativo, configura-se como um gênero discursivamente complexo, cuja produção demanda do candidato a mobilização articulada de diferentes capacidades. No plano das capacidades de ação, destaca-se a necessidade de gerir simultaneamente os objetivos institucionais da prova e os propósitos comunicativos do gênero de referência, assumindo uma dupla representação enunciativa: a de candidato ao vestibular e a de articulista de jornal. No plano das capacidades discursivas, observa-se o predomínio de um discurso misto interativo-teórico, bem como a recorrência de uma sequência argumentativa planejada, geralmente, em introdução, dois argumentos e conclusão, condicionada pelas restrições formais impostas pela prova. Já no âmbito das capacidades linguístico-discursivas, sobressaem o uso estratégico de conectivos de ordem lógica, a construção de cadeias anafóricas densas e valorativamente orientadas, além do emprego recorrente de modalizações lógicas e deonticas para sustentar a defesa de um ponto de vista.

Esses resultados permitem problematizar práticas de ensino da escrita que tratam o artigo de opinião apenas como um gênero escolar estabilizado, desconsiderando as especificidades que ele assume em contextos avaliativos. Ao mesmo tempo, dialogam diretamente com as orientações da BNCC, que enfatiza o desenvolvimento da argumentação, da autoria e da participação crítica dos estudantes em práticas sociais de linguagem, especialmente no Ensino Médio. A BNCC destaca a importância de que os alunos sejam capazes de posicionar-se frente a questões socialmente relevantes, mobilizando argumentos consistentes e estratégias discursivas adequadas aos diferentes campos de atuação, exigências que se mostram centrais na produção do artigo de opinião como redação de vestibular.

Nesse sentido, os resultados deste estudo reforçam a necessidade de que a escola e os cursos preparatórios promovam práticas pedagógicas que explicitem aos estudantes a natureza híbrida desse gênero, evidenciando tanto seu funcionamento como objeto social de referência quanto suas particularidades como gênero avaliativo. A modelização teórica apresentada, ao descrever de forma sistemática as dimensões contextuais, discursivas e linguístico-discursivas do gênero, pode subsidiar a elaboração de modelos didáticos e de sequências didáticas alinhadas à BNCC, contribuindo para um ensino da escrita argumentativa que favoreça o desenvolvimento de uma produção textual mais consciente, autoral e situada.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. Transposição didática externa: a modelização do gênero na pesquisa colaborativa. *Raído*, Dourados, v. 6, n. 11, p. 11-35, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/1687>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BARROS, Eliana Merlin Deganutti de; GONÇALVES, Adair Vieira. Modelo teórico do gênero: etapa inicial da modelização didática. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 81-101, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/25581>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BARROS, Eliana Merlin Deganutti de; RIOS-REGISTRO, Eliane Segati (org.). *Experiências com sequências didáticas de gêneros textuais*. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O ENEM transforma vidas. Agora é a sua vez. Brasília, DF: MEC, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Organização Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meireles Matencio; tradução Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes et al. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discurso: por um Interacionismo Sociodiscursivo*. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GONÇALVES, Adair Vieira; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Gêneros argumentativos de referência em processos seletivos vestibulares. In: SILVA, Wagner Rodrigues (org.). *Reflexões sobre língua(gem) em contextos de ensino*. Palmas: EDUFT, 2024. cap. 10, p. 368-421.

MACHADO, Anna Rachel; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. *Linguagem em (Dis) curso*, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/4JBZVNJgvFmTgCg6pRPg3bC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 21-40.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 71-91.

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos. O método de análise de textos desenvolvido pelo Interacionismo Sociodiscursivo. *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 14, p. 313-334, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/523>. Acesso em: 16 fev. 2025.

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. O artigo de opinião como redação de vestibular: um olhar sobre a construção composicional do gênero. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 21, n. 49, p. 47-55, 2020. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/24608>. Acesso em: 13 abr. 2025.

UENP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. *Vestibular UENP 2020: caderno de questões, prova 1, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna e Redação*. Jacarezinho: UENP, 2020.